



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003728-78.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **BENEDITO ANTONIO ROBERTO**
 Requerido: **TALARICO SHOP CAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido uma motocicleta do réu sem que ele entregasse o correspondente documento de transferência.

Alegou ainda que não obstante todas as tentativas que implementou não logrou receber tal documento, de sorte que almeja à condenação do réu a entregá-lo devidamente preenchido.

O documento de fl. 02 deixa claro que constava do certificado de registro e licenciamento do veículo trazido à colação o Pan-americano Arrendamento Mercantil S/A como proprietário do mesmo.

Ademais, tal instituição esclareceu a fl. 34 que somente poderia liberar o documento de sua transferência com o pagamento de débitos (IPVA, multas e DPVAT) contraídos depois da venda implementada ao autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse contexto, reitero os termos do despacho de fl. 42, seja quanto à impertinência da discussão em torno da existência ou não de responsabilidade do autor para não receber a documentação que foi posta à sua disposição, seja quanto à imprescindibilidade de quitação dos débitos cristalizados após a compra por parte dele.

O autor, todavia, não externou o propósito em regularizar essa situação, como se vê na manifestação de fl. 48.

Diante desse impasse, e não concretizadas as medidas a cargo do autor que transparecem indispensáveis para viabilizar a entrega do documento em apreço, a rejeição do pedido inicial é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**